

Crescer é a alternativa

Em entrevista ao *JE*, o professor Wilson Cano, do Instituto de Economia da Unicamp, afirma que não há outra alternativa para o Brasil que não seja a de buscar um crescimento alto e persistente. O que deve ser feito através de amplos programas de habitação, educação, reforma agrária e políticas mais arrojadas que recriem um sistema financeiro nacional e reescalonem as dívidas do país. Autor de livros importantes sobre economia e colaborador dos programas de governo do PT, o professor Cano teme que o Governo Lula perca a oportunidade conquistada nas urnas e que o país tenha que esperar outros 25 anos para implementar as mudanças que se fazem necessárias.

Página 8

**O primeiro
orçamento de Lula**

Página 3

**FHC dobrou
passivo externo**

Página 11

**Eleições
no Conselho**

Página 7



EDITORIAL

A vez do Brasil

O Jornal dos Economistas tem buscado, em suas últimas edições, ouvir economistas engajados na luta pela transformação do país, para conhecer suas opiniões, sugestões e críticas ao Governo Lula.

Neste número, ouvimos o professor Wilson Cano, da Unicamp, conhecido estudioso e pesquisador da economia e colaborador dos programas de governo do PT na área econômica. Sua avaliação acentua a preocupação com os rumos econômicos do Governo Lula, embora reconheça as suas valiosas contribuições à política externa do país.

É no campo macroeconômico que se ampliam suas apreensões, que abrangem desde questões como a autonomia do BC à forma como foram encaminhadas as reformas da Previdência e Tributária.

A manter essa política de alinhamento com organismos internacionais como FMI e Bird, o professor Wilson Cano acredita que o país poderá perder uma grande oportunidade de rea-

lizar as transformações tão necessárias ao seu povo.

Mas o *JE* traz também artigo do deputado federal Jorge Bittar (PT-RJ), relator do projeto de Orçamento para 2004, o primeiro do Governo Lula. O parlamentar mostra os números que estão sendo previstos para o ano que vem e conclui que o governo atual está operando em um espaço estreito que, porém, poderá render grandes frutos a frente para que o país retome o caminho do crescimento, e, desta vez, de forma sustentável e sem recuos.

Para os economistas do Rio, contudo, o mês de outubro é de eleição. No dia 30, as urnas do Conselho se abrem para receber os votos dos economistas para a eleição do terço de conselheiros do Corecon-RJ. É uma nova oportunidade de cravar a opção no rumo do progresso e do desenvolvimento da entidade, destino que todos almejamos também para o país.

Uma boa leitura e bom voto a todos os leitores e eleitores. ■

Sumário

Página 3 Orçamento 2004 – Jorge Bittar, deputado federal

Página 5 Reforma tributária – Alexandre Teixeira ▼



Página 7 Eleições Corecon

Página 8 Entrevista: Wilson Cano, professor da Unicamp

Página 11 Passivo externo – Rodrigo Vieira de Ávila

Página 14 Balanço financeiro

Página 15 Ações contra a Prefeitura

Página 16 Economistas na Internet
Curso sobre Karl Marx

Jornal dos Economistas

Órgão Oficial do
CORECON - RJ, IERJ E SINDECOS - RJ

ISSN 1519-7387

Conselho Editorial: Ceci Juruá, Paulo Passarinho, Paulo Mibielli, Sidney Pascotto, Nelson Le Cocq, Gilberto Caputo Santos, Gilberto Alcântara e Julio Miragaya

Editor: Nilo Sérgio Gomes
Correio eletrônico: nilosgomes@bol.com.br

Ilustração: Aliedo

Caricaturista: Cássio Loredano

Diagramação e Finalização:
Rossana Henriques (21) 2462-4885

Fotolito e Impressão: Tipológica

Tiragem: 13.000 exemplares

Periodicidade: Mensal

Correio eletrônico: apoio@corecon-rj.org.br

As matérias assinadas por colaboradores não refletem, necessariamente, a posição das entidades. É permitida a reprodução total ou parcial dos artigos desta edição, desde que citada a fonte.

CORECON - CONSELHO REGIONAL DE ECONOMIA/RJ

Av. Rio Branco, 109 • 19º andar
Rio de Janeiro • RJ • Centro • CEP 20054-900
Telefax: (21)2232-8178 ramal 22
Correio eletrônico: corecon-rj@corecon-rj.org.br
internet: http://www.corecon-rj.org.br

Presidente: Sidney Pascotto • **Vice-presidente:** João Manoel Gonçalves Barbosa • **Conselheiros Efetivos:** Ângela Maria Puppim Buzanovsky, Ceci Juruá, Francisco Bernardo Karam, Ronaldo Rangel, Nelson Le Cocq, Gilberto Caputo Santos, José Antonio Lutterbach Soares • **Conselheiros Suplentes:** Arthur Câmara Cardozo, Eduardo Carnos Scaletsky, Julio Diniz Bastos Pinto, Julio Flavio Gameiro Miragaya, Luiz Mario Behnken, Mario Luiz Freitas Lemos, Mauro Osório da Silva.

SINDECOS - SINDICATO DOS ECONOMISTAS DO ESTADO DO RJ

Av. Treze de Maio, 23 • Grupos 1607/1608/1609
Rio de Janeiro • RJ • CEP 20031-000
Tel.: (21)2262-2535 • Telefax: (21)2533-7891 e 2533-2192
Correio eletrônico: sindecon@sindecon.org.br

Coodenador Geral: Paulo Passarinho • **Coordenador de Assuntos Institucionais:** Sidney Pascotto • **Diretores de Assuntos Institucionais:** Ronaldo Rangel, Ceci Juruá, Rogério da Silva Rocha, Rafael Vieira da Silva, Nelson Le Cocq, Antônio Melki Jr e Eduardo Carnos Scaletsky • **Coordenador de Relações Sindicais:** João Manoel Gonçalves Barbosa • **Diretores de Relações Sindicais:** Júlio Miragaya, Gilberto Caputo Santos, Sandra Maria de Souza, Carlos Tibiriçá Miranda, José Fausto Ferreira, César Homero Lopes, Neuza Salles Carneiro e regina Lúcia Gadioli dos Santos • **Coordenador de Divulgação e Finanças:** Gilberto Alcântara da Cruz • **Diretores de Divulgação e Finanças:** Wellington Leonardo da Silva e José Jannotti Viegas • **Conselho Fiscal:** Ademir Figueiredo, Luciano Amaral Pereira e Jorge de Oliveira Camargo.

ORÇAMENTO 2004 Jorge Bittar*

Um passo para o crescimento

Relator do Orçamento para 2004, o deputado federal do PT-RJ escreve para o *JE* os principais números e as sinalizações presentes nas previsões de arrecadação, despesas e investimentos do Governo Lula para o próximo ano

O orçamento de 2004 reflete o resultado das iniciativas adotadas pelo Governo Lula para reorganizar a economia brasileira e preparar o caminho de retomada do crescimento econômico.

Com medidas duras e severas, o Governo Lula conseguiu reverter o processo de degeneração macroeconômica do Brasil. O risco Brasil, que em janeiro estava em 2.400 pontos – uma pontuação estratosférica – hoje situa-se abaixo dos 700. A inflação brasileira que se encontrava na faixa de 40%, está agora entre 7% e 8%. O dólar, que alcançava os R\$ 4, neste momento apresenta-se na faixa de R\$ 3.

Além disso, graças ao enorme esforço exportador, revertemos o crônico déficit na balança comercial e nas contas correntes do balanço de pagamentos, geramos um saldo de US\$ 10 bilhões na balança comercial do primeiro semestre e apontamos um superávit nesse mesmo item superior a US 20 bilhões. Esse quadro oferece-nos uma posição mais confortável para discutir um novo acordo com o FMI, buscando eliminar as restrições que limitam os investimentos das empresas públicas e o endividamento do setor público brasileiro.

A própria economia brasileira já revela sinais claros de reanimação e tenho confiança de que no último tri-

mestre deste ano sentiremos os primeiros efeitos da retomada do crescimento econômico. Enfatizo, aqui, que acredito que o Natal deste ano demonstrará melhorias em relação ao Natal passado.

Índices previstos

O orçamento para 2004 é reflexo do esforço bem-sucedido do Governo Lula, uma vez que apresenta indicadores macroeconômicos melhores do que os que valeram para o início deste ano. Ou seja, trabalharemos com uma inflação anual de 5,5% (IPCA), taxa de câmbio prevista de R\$ 3,51 por dólar e um crescimento econômico de pelo menos 3,5% do PIB. E é esse cenário que nos permite ter a confiança de que os R\$ 40 bilhões a mais de arrecadação que estão previstos no orçamento da União para 2004 serão efetivamente realizados.

O orçamento reflete também a continuidade do esforço fiscal para manter a dívida pública brasileira controlada. Isso implica gerar um enorme esforço de superávit primário do orçamento fiscal e da seguridade de R\$ 42 bilhões, o que, lamentavelmente, acaba por limitar os gastos sociais e o investimento em infra-estrutura econômica e de desenvolvimento urbano. Como aspecto de grande relevância positiva do orçamento do próximo ano, posso destacar o crescimento dos gastos sociais discricionários (de livre aplicação do Governo) em R\$ 7 bilhões, com foco no programa Unificação das Transferências de Renda, que vai dispor





de R\$ 5,4 bilhões, reunindo em um só cadastro e em uma única secretaria de gestão os cinco programas hoje dispersos em diversos ministérios e sem qualquer controle. Também os gastos na área de Saúde terão um incremento de R\$ 6 bilhões e a área de Educação aumentará em R\$ 1 bilhão.

Com relação à Reforma Agrária, a verba terá um acréscimo de mais de 40%,

permitindo dessa forma avanços importantes no programa de assentamento de famílias, a ser combinado com o programa de financiamento da agricultura familiar, que, além de sua simplificação para facilitar o acesso aos pequenos produtores, disporá da expressiva quantia de R\$ 5,3 bilhões.

Aumentando recursos

No que diz respeito à infra-estrutura econômica destaco o crescimento dos gastos com a área de Transportes. Aqui teremos R\$ 2,4 bilhões para a recuperação e readequação de nossas rodovias que se encontram em estado lastimável e para a construção de novas estradas, além dos investimentos em portos, transportes hidroviários e ferroviários.

No setor de Desenvolvimento Urbano ressaltos os gastos com saneamento, que serão superiores a R\$ 5 bilhões, reunindo o orçamento da Funasa e o do Ministério das Cidades e os recursos do FGTS geridos pela Caixa Econômica Federal. Na área de Habitação, o programa de subsídio à habitação dirigido a famílias com renda até três salários-mínimos disporá de R\$ 350 milhões.

Vale ressaltar que iremos garantir recursos no orçamento a serem aplicados no sistema de transportes urbanos sobre trilhos, dos quais boa parte será destinada ao Rio de

Janeiro. Pode-se prever um ano melhor para a área de Ciência e Tecnologia – com um orçamento superior a R\$ 2 bilhões – que envolve os Fundos Setoriais de Ciência e Tecnologia – direcionado para o incremento da pesquisa científica e o desenvolvimento e a inovação tecnológicos.

Na área econômica, deve-se destacar os recursos para o financiamento da safra que são os maiores já registrados historicamente, somando mais de R\$ 32 bilhões, que alavancarão a produção de grãos, setor de extrema importância para o mercado interno e, sobretudo, para impulsionar as exportações.

Tenho que ressaltar que a peça orçamentária foi elaborada com muito rigor pelo Ministério do Planejamento. Ao tramitar no Congresso Nacional, essa peça merecerá emendas parlamentares que refletirão prioridades regionais e prioridades de setores da sociedade. Como relator, farei ainda as adequações necessárias para ajustar a receita ao resultado da reforma tributária em curso no Congresso.

Por fim, estou confiante de que produziremos uma proposta orçamentária melhor do que a de 2003 ainda que trabalhando num regime de restrições fiscais. Tenho a convicção de que os gastos do Governo Lula em 2004 ajudarão a impulsionar o crescimento econômico e, como pude ressaltar, se direcionarão para construir um novo padrão de crescimento que seja mais justo e equilibrado, do ponto de vista social e regional. Quero lembrar que o primeiro orçamento do Governo Lula poderá não ser o dos nossos sonhos, mas será o orçamento que, dentro do possível, vislumbrará caminhos mais promissores para o Brasil. ■

* Deputado Federal (PT-RJ) e relator do Orçamento/2004

**TROUXEMOS
UM ASSUNTO QUE
VOCÊ GOSTA:
ECONOMIA.**

Desconto de 40% e pagamento em até 4 vezes sem juros nos cartões Visa, Mastercard e Dinners na assinatura da revista Conjuntura Econômica para associados do CORECON/RJ. Melhor que isso é saber que você terá, todo mês, a mais completa revista de economia do país em casa e ainda boletins semanais com os índices de inflação e comportamento de preços em geral, por e-mail. Através da Conjuntura Econômica, você terá acesso aos assuntos mais importantes sobre Economia, análise de desempenho de cada setor e os rankings mais valorizados das empresas em todos os segmentos. A Conjuntura Econômica é da FGV, por isso, você sabe, traz credibilidade, atualidade e agora, muita praticidade.

MONSON

CONJUNTURA
ECONÔMICA

CONJUNTURA
ECONÔMICA

CONJUNTURA
ECONÔMICA

Uma Publicação
FGV
ABRE



REFORMAS Alexandre Teixeira*

Reforma tributária mantém desigualdades

Durante a Colônia, Reino e Império a carga tributária recaía sobre comerciantes, mineradores e pequenos proprietários, havendo a casta privilegiada dos próximos ao poder que estavam livres de pagar tributos. Estar isento era símbolo de *status*, como sonegar era um ato de resistência. Hoje, as elites mantêm seus privilégios, recusando-se a participar com sua quota tributária, como reafirmação de um privilégio secular e de um descompromisso com a gestão da sociedade**

A elite não é mais a mesma e a escravidão, com as devidas ressalvas, é coisa do passado. Muito mudou o país, mas a cobrança de tributos mantém-se fiel à lógica colonial. As 530 maiores empresas não-financeiras do país faturaram R\$ 226 bilhões em 1998. A metade delas não pagou um centavo de imposto ao Fisco. Hoje, os bancos pagam 50% do que pagariam, se a legislação em vigor fosse a anterior a 1995. Ao mesmo tempo, os impostos que recaem sobre os rendimentos do trabalho aumentaram 27% daquele ano até hoje.

Para nossa tristeza, falar hoje sobre Reforma Tributária é falar mais do mesmo. As mudanças propostas pelo Governo Lula para a área tributária não afetam a lógica que prevalece desde o Brasil Colônia. Ainda que haja uma relativa dança dos números, o baile é, como sempre foi, das elites.

A situação é ainda pior se levamos em

consideração que Lula nada muda em um sistema que foi sorrateiramente transformado nos dois governos de FHC. Em 1994, a carga tributária no país era de 29,8% e atingiu, em 2002, 36%, uma elevação vertiginosa. Os EUA, por exemplo, levaram 30 anos para fazer uma elevação de 2%. Mas, pior que isso, a reforma de FHC agravou uma característica da matriz de arrecadação do Estado brasileiro – a de ser altamente concentradora de renda e riqueza. Neste quesito, perdemos apenas para Serra Leoa, República Centro-Africana e Suazilândia, únicos a ostentar concentração de renda maior que a nossa.

Sem mexer na Constituição, FHC alterou proporcionalmente as matrizes de cobrança dos tributos. Hoje, o consumo responde por 67% da arrecadação, a renda 29% e o patrimônio por apenas 4%. A concentração da renda no consumo penaliza, sobretudo,

os consumidores de baixa renda (gráfico1), visto que os impostos sobre consumo – tais como CPMF e COFINS – incidem igualmente sobre rendimentos desiguais.

Em relação à renda, FHC produziu alterações no Imposto de Renda (IR) que inverteram o peso da cobrança entre trabalho e capital (gráfico 2). As medidas aliviaram o capital e sobrecarregaram a tributação dos rendimentos do trabalho, isso, ao mesmo tempo em que a massa salarial despencava em participação no PIB, de 44%, em 1996, para 37%, em 2001.

GRÁFICO 1	
Nº DE SALÁRIOS/TRIBUTAÇÃO MÍNIMOS DO CONSUMO	
Até 2	13,13%
2-3	12,80%
10-15	10,69%
20-30	9,13%
Mais de 30	6,94%

GRÁFICO 2		
IMPOSTO DE RENDA NA FONTE		
	1996	2001
Trabalho (IRPF)	41%	49%
Capital (IRPJ /CSSL)	59%	51%

Novos amigos do Rei

Já em 1995, o rumo estava traçado. O governo extinguiu a alíquota de 35% do IR de Pessoas Físicas – que atingia quem ganhava acima de R\$ 14.000,00 mensais, hoje equivalente a R\$ 25.000,00 – e baixou a alíquota de IR de Pessoa Jurídica de 25% para 15%. A isso, seguiu-se o congelamento da tabela do

Tapete vermelho para o capital

A partir de 1995, o governo FHC fez modificações profundas na legislação infraconstitucional para desonerar o capital financeiro. Veja algumas:

- Dedução de juros sobre o capital próprio dos lucros tributáveis – só existe no Brasil. Caso o empresário tivesse que pegar empréstimos para fazer capital de giro, pagaria juros. Quando ele tem capital próprio, a lei permite que ele calcule quanto pagaria de juros “se” pegasse empréstimos e lance como despesa, diminuindo a parcela de lucro sobre a qual recai a cobrança de impostos. O artifício chega a abater 19% do imposto devido;
- Isenção da distribuição de lucros e dividen-

dos – os rendimentos das pessoas físicas, provenientes de lucros ou dividendos, não pagam imposto de renda – mas, a participação dos resultados nos resultados continua pagando imposto de renda;

- Isenção da remessa de lucros ao exterior – a legislação não distingue residentes no Brasil ou no exterior. Assim, o dinheiro levado para fora do país goza da mesma isenção;
- Rendimentos de capital são tributados exclusivamente na fonte, com alíquotas, em média, de 15%, bem abaixo da alíquota de IRPF para quem ganha acima de R\$ 2.215,00 (27,5%);

Fonte: Revista Brasil Fórum Cidadão jan/2003

IRPF, que incluiu indevidamente na boca do Leão um contingente de assalariados que não tem efetiva capacidade contributiva.

Outras providências foram, aos poucos, redesenhando a arrecadação, de modo que, entre 1996 e 2001, a tributação sobre o trabalho aumentou 27%, sobre o consumo aumentou 45% e sobre o capital, os novos amigos do Rei, baixou 14%, em termos reais, já descontada a inflação.

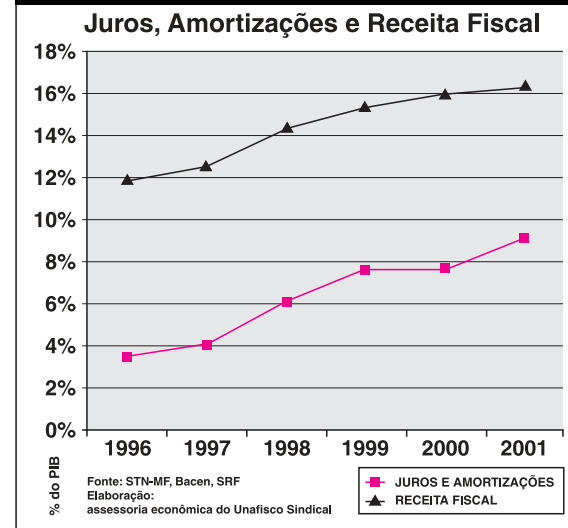
O resultado não poderia ser outro: menor poder aquisitivo, menor consumo, aumento de desemprego, aumento da informalidade e, claro, queda da arrecadação para a Previdência Social, agora alçada ao posto de vilã das contas públicas, com destaque para o Regime Próprio dos Servidores Públicos.

O pano de fundo de toda esta movimentação surdina é o financiamento da dívida pública brasileira. O modelo FHC aprofundou a dependência da entrada de capital estrangeiro no país, a história é bem conhecida. Um estudo do Unafisco Sindical mostra que a curva de aumento da carga tributária coincide exatamente com a do aumento do superávit primário (gráfico 3). Ou seja, FHC poupou seu parceiro preferencial, o sistema financeiro, e cobrou dos pobres a conta do ajuste fiscal. É por isso que o sistema tributário brasileiro é um Robin Hood, às avessas. ■

* Presidente do Unafisco/RJ

** Revista Conexão nº 1, Unafisco Sindical, 2003

GRÁFICO 3



Em 1994, o superávit primário foi de R\$ 30 bilhões.

Em 2003, a previsão é de R\$ 54 bilhões, ou 4,25% do PIB

Hércules: 11 trabalhos para nada

A Reforma Tributária do Governo Lula não ataca nenhuma das distorções do sistema atual. Um retorno às bases do sistema tributário anterior a 1995 já seria suficiente para desfazer alguns dos efeitos mais nocivos à economia brasileira provocados por FHC, da mesma forma, sem necessidade de alterar a Constituição.

Cálculos do Unafisco mostram que seria possível arrecadar cerca de R\$13 bilhões anuais – seis ou sete vezes mais do que a esperada economia com a Reforma da Previdência, que esquiteja direitos dos trabalhadores – somente revendo as distorções nas renúncias fiscais e fortalecendo a fiscalização.

No entanto, a sanha da arrecadação fácil introduziu impostos em cascata e de péssima qualidade, engessando a economia brasileira. Acompanhado de medidas de fragilização da administração tributária – incomodado, o capital foge – o “novo” sistema submete toda a sociedade, setor produtivo inclusive, à penúria completa para agradar os novos senhores da Terra.

Sem reverter uma legislação que favorece o ilícito fiscal (vide extinção da punibilidade mediante pagamento das dívidas), sem inverter a matriz de arrecadação e sem equacionar o lado das despesas, sangrado pelo pagamento dos juros da dívida, o governo terá passado por todas as agruras no Congresso Nacional para nada.

A reforma trata fundamentalmente de repartir melhor (?) a arrecadação tributária entre União, estados e municípios. É o caso do Fundo de Desenvolvimento Regional, que destina parte do IPI e do IR às regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste. Também é o caso da Contribuição sobre Intervenção no Domínio Econômico (Cide), que vai ser repartida por estados e municípios. Sua manutenção continua a onerar o custo dos transportes.

A unificação da legislação no ICMS apresenta-se com duas justificativas básicas: acabar com a guerra fiscal e simplificar a cobrança. A guerra só acaba daqui a 11 anos, se não for prorrogada indefinidamente no futuro, como acontece com os incentivos para a Zona Franca de Manaus, agora estendidos até 2023.

A simplificação do sistema facilita a cobrança dos impostos devidos, mas não altera a proporção de sua incidência. A transição da cobrança na origem para o destino, que poderia melhorar a situação dos estados mais pobres, assim como a desoneração dos bens de capital, vem acompanhada de medidas compensatórias para os estados que perdem arrecadação. Esse dinheiro tem que sair de algum lugar.

Adivinhem quem vai pagar esta conta?

A CPMF, que deveria ter alíquota simbólica para fins de fiscalização,

está prorrogada até 2007, assim como a Desvinculação das Receitas da União (DRU), que permite ao governo usar livremente 20% das receitas.

O deslocamento da contribuição patronal para o INSS da folha de pagamentos para o faturamento tem um lado positivo, que é o estímulo à formalização dos empregos, mas, por outro, será repassada para o preço final dos produtos, entrando na mesma lógica da tributação sobre o consumo.

Outra mudança é a transferência do Imposto Territorial Rural para o âmbito municipal. Atualmente, o ITR é responsável pelo desprezível percentual de 0,0002% da arrecadação no país. Com a concentração de terras atravancando o desenvolvimento do interior do país, a União transfere o imposto aos municípios, que não têm estrutura para fazer a cobrança. Isso significa pelo menos mais alguns anos de imunidade aos latifundiários, em geral, “donos” da prefeitura nas cidades menores.

Os pontos positivos ficam por conta da diminuição das alíquotas de ICMS para alimentos da cesta básica e remédios de uso continuado; a criação do Supersimples, que unifica os procedimentos para o pagamento de impostos federais, estaduais e municipais pelas micro e pequenas empresas, saudada como uma medida inclusiva; a equiparação da Cofins do setor financeiro ao setor produtivo, que representa agora um aumento de 1 ponto percentual (de 3% para 4%); e a revisão das alíquotas da CSLL que, segundo o governo, corrige distorções no pagamento de impostos das prestadoras de serviço, estas duas últimas modificadas através Medida Provisória 107/03. E é só.

Resumindo, sem descartar benefícios residuais, o esforço hercúleo para a aprovação das reformas constitucionais na área tributária não produz inversões na matriz de arrecadação, não redimensiona os gastos com os juros da dívida pública, não transfere renda, nem eleva a qualidade da administração tributária. Portanto, não vai ao cerne da questão: quem financia o Estado brasileiro?

O discurso oficial do governo, de que a Reforma Tributária vai permitir o crescimento do país para melhorar a qualidade de vida da população, é uma mal disfarçada reapropriação da velha tese de que o bolo tem que crescer primeiro para depois distribuir. E assim passam-se os anos, com os trabalhadores atônitos vendo os capitalistas comerem o bolo todo.

A neutralidade advogada pelo chefe da Casa Civil, José Dirceu, que declara buscar com a Reforma Tributária um jogo em que “ninguém ganha, ninguém perde”, serve apenas para manter como está algo que, como demonstramos, mantém a lógica de exclusão instaurada aqui desde a chegada de Pedro Álvares Cabral.

INSTITUCIONAL

Eleições dia 30 para o Conselho

Pleito vai renovar o terceiro terço do Conselho Regional de Economia do Rio de Janeiro – Corecon-RJ

Os economistas do Rio de Janeiro têm um encontro marcado com as urnas no próximo dia 30 de outubro, para a eleição do terço de conselheiros do Corecon-RJ. A cada ano, um terço do Plenário de Conselheiros constituído por nove membros titulares é renovado, através de eleições disputadas pelas chapas inscritas a concorrer.

Para estas eleições está inscrita apenas a chapa do Movimento de Renovação dos Economistas, formada pelos candidatos a conselheiros titu-

lares Carlos Henrique Tibiriçá Miranda, José Antonio Lutterbach Soares e Renata Leite Pinto do Nascimento.

Os votos serão recebidos na sede do Corecon, na avenida Rio Branco, 109/16º, a partir das 9h até às 18h, tendo direito a participar da eleição todos os economistas em dia com a anuidade ao Conselho. O voto também poderá ser dado através de correspondência, em envelope padronizado e solicitado previamente ao Corecon, devendo ser recebido até a hora final da votação.

O próximo presidente do Corecon-RJ será eleito na primeira reunião plenária do Conselho, que se realizará imedia-

tamente após a posse dos novos membros a serem eleitos.

É a seguinte a chapa completa do MRE. ■

Movimento de Renovação dos Economistas - MRE

Conselheiros Efetivos – *Carlos Henrique Tibiriçá Miranda, José Antonio Lutterbach Soares e Renata Leite Pinto do Nascimento.*

Conselheiros Suplentes – *Gilberto Alcântara da Cruz, Jorge de Oliveira Camargo e Rogério da Silva Rocha*

Delegado-Eleitor Efetivo – *Reinaldo Gonçalves.*

Delegado-Eleitor Suplente – *Ronaldo Raemy Rangel*

Conselheiro Efetivo do Cofecon – *Sidney Pascotto da Rocha*

Conselheiro Suplente do Cofecon – *Eriksom Teixeira Lima*

CLUBE DA ECONOMIA – CORECON-RJ

O **Clube de Economia** conta com 47 convênios na categoria Educação. Aproveite os descontos para aperfeiçoar seus conhecimentos ou para matricular seus filhos em um dos estabelecimentos conveniados.

Visite a página www.corecon-rj.org.br e saiba mais.

CRECHE À ALFABETIZAÇÃO

BARRA DA TIJUCA

Creche Escola Piuii – 50% na matrícula e 20% na renovação de matrícula. E mais 5% na educação infantil (maternal, jardim I, jardim II e jardim III) para alunos novos. Tel.: 2493-8017 e 2491-4661 www.piuii.com.br – e-mail: piuii@piuii.com.br

ZONA SUL

Curiosa Idade Creche e Pré-Escola – Situada em Laranjeiras, oferece 10% na educação infantil. Isenção da primeira taxa de reserva de vaga. Tel.: 2205-7222 e 2556-8594 – www.curiosaidade.com.br – e-mail: curiosaidade@curiosaidade.com.br

Palmo e Meio Creche – Situada em Botafogo, oferece 10% na educação infantil (creche ao pré-escolar). Isenção da primeira taxa de reserva de vaga. Tel.: 2286-0952, 2286-6519 e 2535-3009 e-mail: palmoemeio@ig.com.br

Creche Escola Ciranda Cirandinha – Situada na Gávea, oferece 20% do berçário à classe de alfabetização e 50% na taxa de matrícula. Tel.: 2274 3846 - 2529-2756 - 2521-5624 – e-mail: cirandacirandinha@uol.com.br

Mary Poppins – Situada na Urca, oferece 50% na matrícula e 10% nas mensalidades. Tel.: 2275-9776 - 2244-5626 – www.marypoppins.com.br e-mail: marypoppins@marypoppins.com.br

ZONA NORTE

Creche Escola Studio da Criança – Situada no Grajaú, oferece 10% do Jardim II ao C.A e 5% do berçário ao Jardim I. E ainda, isenção da primeira taxa de reserva de vaga para todas as séries. Tel.: 2576-3792 www.studiodacrianca.com.br – e-mail: studio@studiodacrianca.com.br

Creche Escola Sonho Encantado – Situada no Méier, oferece 10% no berçário, mini-maternal, maternal, jardim I, II, III e CA. Isenção da primeira taxa de reserva de vaga. Tel.: 2581-6437 e 2281-9963 www.crechesonhoencantado.com.br e-mail: sonhoencantado@infolink.com.br

PROMOÇÃO DA FOLHA DE S. PAULO PARA VOCÊ, SÓCIO CORECON

PREÇO SUPER ESPECIAL!

Fazendo uma ASSINATURA SEMESTRAL* da Folha de S. Paulo você ganha 2 CDs + 1 livro "Música Popular Brasileira"

Código da Campanha: 230713

Fazendo uma ASSINATURA ANUAL da Folha de S. Paulo você ganha 1 Subwoofer + 2 Alto-falantes**

Código da Campanha: 230714

**LIGUE JÁ PARA 0800 703 8000
E INFORME O CÓDIGO DA CAMPANHA**

Horário de funcionamento: de segunda a domingo, das 7 às 22 horas. Promoção válida até o fim do estoque.

** Assinatura à vista ou parcelada em 3 vezes, pela administradora do cartão. O título será entregue após o pagamento da assinatura.

* Cada título será entregue após o pagamento de cada parcela.

Arquivo



ENTREVISTA Wilson Cano, professor da Unicamp

Precisamos voltar a crescer

Professor do Instituto de Economia da Unicamp e colaborador de vários programas de governo do PT, o professor Wilson Cano, em entrevista ao JE, defende a mudança de rumo na política macroeconômica. “Corremos o risco de perder essa chance”, alerta, referindo-se a enorme potencialidade do Governo Lula para executar as mudanças no país que a maioria da população tanto almeja. “Precisamos rever, sim, os contratos antinacionais de várias privatizações, abrir espaço no orçamento público para aumentar a taxa de investimento”, defende o professor, autor de vários livros, entre eles, *Desequilíbrios Regionais e Concentração Industrial no Brasil* e *Reflexões sobre o Brasil e a Nova (Des) Ordem Internacional*.

Jornal dos Economistas – Que avaliação o senhor faz dos nove primeiros meses do Governo Lula?

Wilson Cano – O início de um mandato é sempre problemático, em qualquer mudança de governo. Neste, o quadro é muito pior, haja vista a “herança maldita” que recebeu e cujas seqüelas certamente se manifestarão ainda por muito tempo, como os efeitos desastrosos das privatizações, do aumento monumental da dívida pública e de nosso passivo externo, do congelamento do sistema financeiro nacional e de seus escorchantes juros. Evidentemente, o governo já se deu conta de vários problemas na órbita ministerial e na administrativa. Por exemplo, sua intenção agora declarada de unificar vários programas sociais, para dar-lhes melhor eficácia e amplitude.

De mais positivo nessa gestão são as ações que podem conduzir a uma acentuada mudança em nossa política externa, seja com a continuidade e aprofundamento de negociações especiais com China, Índia e Rússia, seja no revigoramento do Mercosul e na integração de outros países da América do Sul, seja ainda pelas recentes falas na ONU contra a política unilateral dos EUA.

Com a Alca, penso que nossas contrapropostas e os impasses verificados recentemente na OMC retardarão ainda mais sua efetividade. É claro que nossa entrada na Alca é muito importante para os EUA, pois somaríamos, com eles, o Canadá e o México, 92% do PIB e 89% das exportações continentais. Como fica claro, os demais 31 países somariam, economicamente falando, muito pouco. A incorporação de vários destes países não seria politicamente difícil aos EUA, dado que vários – notadamente os centro americanos e alguns do Caribe – já exportam para o Nafta cerca da metade de suas exportações. Contudo, além do problema da competitividade de nossa indústria, a Alca nos traria problemas graves: o dos subsídios e de barreiras não tarifárias dos EUA às importações agrícolas; compras governamentais, direitos sobre a propriedade intelectual e comércio de serviços, questões essas de grandes implicações para nosso futuro econômico.

JE – *E de negativo?*

De negativo, a continuidade da política macroeconômica, a reiteração, após a posse, da autonomia do BC e a ambigüidade manifesta pela manutenção das agências



reguladoras. Estas duas últimas questões constituem, de fato, uma anomalia política e pouco democrática, pois significam, de fato, uma divisão com um “quarto poder”, também executivo, mas que não foi eleito pelo povo. A forma como encaminhou as reformas da Previdência e a Tributária, que, ao contrário do que pensava o governo, vão gerar um efeito líquido negativo sobre as receitas da União. A previdenciária, aliás, explicitou o velho e rancoroso preconceito das classes médias baixas contra o funcionalismo público. Seus efeitos práticos, no futuro, serão ruins, seja pelo desmantelamento de carrei-

ras de pessoal mais qualificado (como na Universidade, por exemplo); seja na impossibilidade concreta de que os fundos de pensão que venham a ser criados nos moldes ora apresentados possam pagar, efetivamente, as aposentadorias e pensões antes recebidas ou que possam ser “agentes do financiamento do desenvolvimento”, como pensam alguns ingênuos.

JE – *O Governo Lula não considera as medidas econômicas que vem adotando como “continuismo” e sim como de “transição” para um novo modelo. O senhor acredita que esteja em curso um processo de transição na economia?*

Cano – Num sentido, sim, como no âmbito da política externa. Mas no sentido macroeconômico e institucional, não, haja vista que as políticas macroeconômicas efetivamente representam continuidade. O governo já gastou muito tempo para iniciar uma efetiva transição. Espero, como a maioria dos brasileiros, que ainda tenhamos brevemente uma transição para uma alternativa que efetivamente objetive os interesses da nação e de seu povo, e não apenas os do capital financeiro. É disso que precisamos.

JE – *Em sua opinião, o Governo Lula poderia ter começado diferente, com outras opções?*

WC – Sim, fazendo uma verdadeira transição rumo à outra alternativa de política econômica, como, aliás, desenhamos em nosso Programa de Governo. Penso que prosseguir no atual modelo é um equívoco, pois, se estou certo, ele conduz fatalmente a repetitivos desastres de nossas contas externas: quanto mais crescermos, se crescermos a taxas elevadas maiores serão os desequilíbrios externos e das contas públicas. Examinei a trajetória neoliberal dos sete principais países da América Latina, e constatei isso: miniciclos de crescimento, outros de contração e debilitamento, que resultam em taxas médias de longo prazo tão ruins ou piores do que as da “década perdida”; desemprego crescente; aumento do passivo externo; piora da distribuição da renda, crise social e maior violência. É ingênuo pensar que esse modelo permite ajustes “salvadores” (essa análise, aliás, está em meu livro *Soberania e Política Econômica na América Latina*, Unesp, S.Paulo, 2000). Também constitui

equívoco imaginar que, com taxas de juros reais elevadas e baixo crescimento do PIB a relação Dívida/PIB baixaria consideravelmente. A propósito, o problema da dívida não é sua proporção para com o PIB, e sim seus prazos e o nível de seus juros, que, no nosso caso, são asfixiantes.

JE – *Qual deveria ter sido o caminho?*

WC – Não temos outra alternativa senão a de perseguir estratégia de crescimento alto e persistente, que maximize o emprego e minimize o gasto e o financiamento externos, usando nossa importante base de recursos naturais e aprofundando nosso mercado de massas. Mas isto não se faz aumentando o financiamento ao consumo ou reduzindo impostos sobre automóveis. Faz-se via amplo programa habitacional e de saneamento básico; programas extensos de saúde e educação públicas; reforma agrária e distribuição de outros ativos; sistema nacional de armazenagem e abastecimento; etc. Para tanto, precisamos fazer novas reformas. Não as chamadas de “segunda geração” do Bird, mas sim aquelas necessárias à implementação do acima exposto. Republicizar nossos bancos públicos; recriar um sistema financeiro nacional; reescalonar a dívida pública e baixar muito seus juros reais; renegociar a dívida externa; reformas agrária e urbana, etc.¹ É óbvio que temos que ampliar nossas exportações e substituir algumas importações. Mas isto requer políticas econômicas fortes, que colidem com o ideário neoliberal. A ampliação e diversificação de nossas exportações são problemáticas, tanto pelas dificuldades de toda a ordem para ampliar exportações de elevada base de ciência e tecnologia, quanto pelo fato de que 75% do valor de nossas exportações agrícolas ou agroindustriais e minerais têm baixas dinâmicas de crescimentos no mercado mundial, ou são perdedoras líquidas. Embora nossa integração com todos os países da América do Sul seja muito importante política e economicamente, é bom lembrar: a forte predominância de produtos básicos e semimanufaturados em todas as nossas pautas exportadoras; as dificuldades de financiamento de um comércio regional; e o fato de que, quanto mais subdesenvolvida uma área, a participação intrabloco no total exportado pelo bloco é muito baixa, como na América Latina, onde essas porcentagens va-

riam de 5% a 20%, ou na África, onde variam entre 1% e 11%, em contraposição à Europa (65%), Nafta (55%) ou a Ásia-Pacífico (72%).

JE – *O acordo do Brasil com o FMI se encerra neste final de ano. O senhor acha que o país deve renovar este acordo ou não? Caso sua resposta seja afirmativa, sob quais condições deve ser negociado um novo acordo - nas mesmas vigentes ou outras?*

WC – Reconheço que teria sido muito difícil aos candidatos à eleição em 2002 evitar a armadilha em que o governo anterior e o FMI os puseram, fazendo-os se comprometer, publicamente, com os termos do atual acordo. O presidente Chávez, da Venezuela, cometeu o mesmo erro em 1998 e pagou caro por isso. Aqui também, na medida em que o compromisso devia ser cumprido e o acordo evitaria uma crise cambial de graves proporções. As falas atuais de membros do governo levam-me a pensar e temer pela possibilidade de que poderá haver um novo acordo. Se houver, e se seus termos forem os “de costume”, teremos, inevitavelmente, não só mais um ano perdido para a transição rumo a outra alternativa, como também a continuidade das amarras hoje existentes na política econômica e o aumento de suas seqüelas. Dado que as pressões cambiais em 2003 estão diminuídas pelo superávit comercial, penso que não deveríamos renová-lo, salvo se conseguíssemos o milagre de impor ao FMI nossas condições para a alteração dos rumos da economia.

JE – *Como avalia a proposta do professor Celso Furtado, de restabelecimento de alguns mecanismos de controle cambial no país, visando a criação de condições para renegociação da dívida externa, inclusive, através de uma moratória soberana?*

WC – A proposta diminuiu um pouco meu pessimismo, dada a autoridade de quem a fez. Ou seja, é preciso conscientizar o governo e a sociedade de que a rota de nossas contas externas, determinada pelo modelo neoliberal, nos conduz, inexoravelmente, ao desastre. Acumulamos, entre 1995 e 2002, déficits em transações correntes que somam cerca de US\$ 200 bilhões, ampliando nossa dívida externa para US\$ 230 bilhões e nosso passivo

externo para US\$ 400 bilhões. Isto é um mal incurável, a menos que se tome desde já as necessárias medidas de saneamento, com a alteração da política econômica. Não nos iludamos com o excepcional saldo comercial parcial deste ano (jan-ago), dado que boa parte dele decorre de queda das importações (-2,9%), consideráveis aumentos de preços (entre 10% e 40%), e fortes aumentos de quantidades exportadas, alguns decorrentes de quebra de safra em outros países e da recessão do mercado interno.

JE – *Como analisa a recente renegociação realizada pela Argentina com o FMI?*

WC – A Argentina é uma das economias que foi mais sacrificada pelos regimes ortodoxos ali implantados desde 1974, tendo, entre essa data e 2002, apresentado um crescimento médio anual de seu PIB de medíocre 1,1%. Se computarmos apenas o período 1998/2002, sofreu depressão, com o PIB caindo quase 20%. Entre 1991 e 2002, acumulou déficits em transações correntes de US\$ 91,5 bilhões (equivalentes ao aumento de sua dívida externa no período), e alcançando taxa de desemprego próxima a 21%. Sua declaração falimentar deu-se em 2002, com a desvalorização e com a pesificação da moeda. Paradoxalmente, essa situação permitiu-lhe adotar medidas drásticas e a moratória foi um fato natural, dada sua incapacidade de pagamentos. Numa situação dessas, os credores pouco podem fazer e o que se viu foi a pressão dos EUA sobre o FMI para “abrandar” e acelerar o novo acordo. Agora mesmo (22/9), na reunião anual do FMI/Bird, em Dubai, a Argentina anunciou a seus credores que só pagará 25% de sua dívida externa privada, apresentando três propostas para o saldo, com alargamento de prazos e melhores condições de pagamentos e de refinanciamentos, e parte da proposta anuncia descontos do valor nominal de suas dívidas que chegam até 75%! A recusa de Kirchner em aceitar todos os termos do novo acordo com o FMI decorreu da posição financeira e da crise social argentina e de sua convicção política de que devia resistir. Conseguiu reduzir a determinação do superávit fiscal de 2003 para 2,5%, para 3% em 2004, adiando a cifra para 2005 e adiou também a “compensação” exigida pelos bancos ar-



Precisamos restaurar o crédito dirigido; rever o sistema tarifário do comércio exterior; os contratos antinacionais de várias privatizações; e abrir espaço no orçamento público para aumentar a taxa de investimento.

gentinos, de cerca de 7 bilhões de pesos e o aumento das tarifas públicas. Contudo, as demais cláusulas foram mantidas. Parece que novos ventos estão surgindo na América Latina, e, assim, penso que nossos países deveriam se unir para alterar os termos e condições draconianas de seus “acordos” com o FMI.

JE – *O senhor sempre defendeu o planejamento econômico e uma política industrial forte. O Governo Lula acaba de adotar medidas incentivando o consumo. O senhor acredita que há espaço para uma política industrial? Quais seriam as linhas mestras desta política?*

WC – Os incentivos já concedidos à ampliação do consumo são muito poucos e de efeito reduzido. A questão não é incentivar o consumo! É como retomar nossa capacidade de investir, visando nossas

priorizações efetivas e inadiáveis: habitação, saneamento, saúde e educação. É ampliar o consumo, também, não via incentivos, mas, sim, via aumento de capacidade produtiva, do emprego e da distribuição de renda. Claro é que algo também terá de ser alocado para infraestrutura de suporte à produção e às exportações, mas em outro plano de prioridades. Há muito a fazer em termos de construção de políticas setoriais e regionais para equacionar essas prioridades e os recursos necessários. Não só política industrial, mas também agrícola, alimentar, de abastecimento, etc. Mas para isso – é preciso insistir – não há como continuarmos manietados pelo financeiro, pelo FMI e por acordos internacionais que impedem o exercício de nossa soberania econômica. Precisamos restaurar o crédito dirigido; rever nosso sistema tarifário do comércio exterior; rever, sim, os contratos antinacionais de várias privatizações; abrir espaço no orçamento público para aumentar a taxa de investimento; etc.

JE – *Que outras considerações o senhor gostaria de fazer?*

WC – Preocupa-me muito a possibilidade de continuarmos por mais tempo praticando a atual política econômica e de darmos vazão às reformas preconizadas pelo Bird e pelo FMI. Se isto sucedesse, não apenas perderíamos mais tempo, mas certamente sofreríamos um elevado custo político com isto. Esse custo político pode ser muito pesado para nós, que somos da esquerda, e críticos. Para nós, isso pode significar uma outra espera de 25 anos. Temo também pela possibilidade de sofreremos uma orfandade da esquerda. Lembro que o Brasil é o único país da América Latina, tirando Cuba, que tem um partido de esquerda organizado e com, no mínimo, um quarto do eleitorado. Nos demais países, seus partidos de esquerda são fracos e minoritários, muitas vezes fragmentados em várias agremiações. Então, um dos raros países que teria condições de executar um amplo programa de resgate social e de retomada do crescimento alto e persistente seria o Brasil. Mas corremos o risco de perder essa chance. ■

1 Um esboço de tal proposta pode ser visto em meu artigo Agenda para um novo Projeto Nacional de Desenvolvimento (8/2002), apresentado ao XV Congresso Brasileiro de Economistas, Brasília, 9/2003.

VULNERABILIDADE Rodrigo Vieira de Ávila*

Passivo mais do que dobrou com FHC

O passivo externo líquido do Brasil aumentou de R\$ 153 bilhões, em 1994, para cerca de US\$ 390 bilhões, em 2002



Para realizar o Plano Real, o governo passado abriu o país às importações de produtos baratos do exterior, em sua forma de combater a inflação através do câmbio sobrevalorizado. Isto fez nossa balança comercial sair de um saldo de US\$ 10 bi por ano para um déficit de US\$ 5 bi anuais, em média. Para importarmos esses produtos, tivemos de nos endividar externamente, tanto em empréstimos convencionais (nos anos FHC, nossa dívida externa subiu de US\$ 148 bi em 1994 para US\$ 229 bi em 2002), como no chamado “investimento estrangeiro”.

Em linhas gerais, esse “investimento” significou, na verdade, a vinda de capital especulativo (em aplicações financeiras), ou a mera compra de empresas nacionais por empresas estrangeiras, principalmente por ocasião do processo de privatizações. Desta forma, esse capital não gerou maior capacidade produtiva, ou mais empregos para o país.

Em suma: vendemos o Bra-

sil para sustentar, artificialmente, por apenas alguns anos, uma política que se propunha a “estabilizar” nossa economia. No período FHC, o aumento de US\$ 81 bilhões em nossa dívida externa, mais a entrada líquida de US\$ 155 bilhões de capital estrangeiro, fizeram com que nosso Passivo Externo Líquido se multiplicasse e aumentasse de R\$ 153 bilhões, em 1994, para cerca de US\$ 390 bilhões, em 2002.

O resultado disto é que empresas compradas por estrangeiros passaram a remeter lucros para o exterior, o que fez estas remessas triplicarem – de US\$ 1,5 bi por ano, na primeira metade da década de 90, para US\$ 5 bilhões atualmente. Os juros da dívida externa quase dobraram, de US\$ 8 bi para US\$ 15 bi, como resultado do aumento do endividamento. É impressionante a sangria causada pelo pagamento desses juros. No período FHC, pagamos de juros e amortizações ao exterior quase US\$ 60 bilhões a mais do que rece-

bemos de empréstimos, e, mesmo assim, nossa dívida externa aumentou em mais de 50%.

Cobrindo rombo

É bem verdade que esse aumento foi proveniente da tomada de empréstimos externos por empresas privadas, porém, na hora dessas pagarem suas dívidas, é o governo que deve lhes fornecer dólares suficientes para tanto, se necessário, contraindo mais empréstimos. O que ocorreu ano passado mostra bem isso: como a oferta de crédito secou no mercado internacional, o governo foi obrigado a recorrer ao FMI para conseguir as divisas necessárias ao pagamento da nossa dívida externa “privada”. O resultado é que, nessa operação, foram estatizados cerca de US\$ 15 bilhões de dívida externa.

Apesar desta política de abertura comercial ter sido extremamente criticada durante o primeiro mandato de FHC, por gerar desemprego e endividamento, o ex-presidente continuou no mesmo rumo, repetindo todos os dias que “não havia alternativa” e que os que pregavam a mudança da política cambial eram “irresponsáveis”. Para não se desmoralizar às vésperas da sua reeleição, FHC so-

mente admitiu que estava errado no início do seu segundo mandato, quando fez o que considerava “irresponsável”: desvalorizou o câmbio, barrando finalmente as importações.

Nestes oito anos, o capital que entrou no Brasil na forma de empréstimos e investimentos (a chamada conta de capital e financeira), no montante de US\$ 192 bilhões, foi quase totalmente devolvido para o exterior na compra de produtos e serviços importados, e nas nossas remessas de juros e lucros das multinacionais aqui instaladas (a conta de “Transações Correntes”, que somou um déficit de US\$ 187 bi no período). Portanto, o capital que entrou no país não gerou desenvolvimento, pois serviu apenas para cobrir o rombo em nossas contas externas.

Para tentar atrair esse capital, o governo também utilizou outro artifício: aumentar as taxas de juros pagas aos credores da “Dívida Interna”, que, apesar do nome, serviu para o mesmo propósito da externa, ou seja, atrair investidores estrangeiros ao país, em condições privilegiadas. Com estas altas taxas de juros, a União, estados e municípios tiveram de pagar de juros da dívida interna R\$ 722 bilhões de 1995 a 2002, o que representou quase 10% do PIB

No período FHC, pagamos de juros e amortizações ao exterior quase US\$ 60 bilhões a mais do que recebemos de empréstimos, e, mesmo assim, nossa dívida externa aumentou em mais de 50%

do período (tudo que o país produziu), ou 30% de todos os impostos que pagamos nestes oito anos, ou mesmo, a metade do nosso PIB de 2002.

Aumentando impostos

Para tentarmos pagar uma pequena parte destes juros estratosféricos, o governo aumentou brutalmente a carga tributária, de 28,5% para 35,6% do PIB. Se esse aumento de impostos não tivesse sido destinado ao pagamento dos juros, teria sido possível resolvermos grande parte dos históricos problemas brasileiros. Porém, isto não foi feito, e a dívida financeira se multiplicou. Se considerarmos somente a Dívida Mobiliária Federal Interna, ela subiu de R\$ 118 bi, em 1995, para R\$ 687 bi, em 2002.

Em suma: após oito anos de FHC, estamos completamente endividados, o desemprego triplicou, nossa estrutura produtiva está desnacionalizada e estamos dependentes do capital externo. Necessitamos, anualmente, de cerca de US\$ 50 bilhões por ano para fecharmos nossas contas externas. Nem mesmo um leonino superávit primário é capaz de pagar sequer parte dos juros da dívida interna, o que mostra a inviabilidade da continuidade da política de FHC.

Infelizmente, o governo Lula insiste no erro, e mantém a busca cega por superávits comerciais que, apesar de recordes (US\$ 12,5 bilhões até julho), não estão sendo capazes de pagar nem mesmo nossas despesas correntes com o exterior (juros, lucros e serviços estrangeiros, que somaram US\$ 12,8 bilhões no mesmo período). Continuamos dependentes da entrada de capital especulativo para saldarmos as amortizações da dívida externa, que esse ano serão de US\$ 27,2 bilhões.

Esta situação também nos deixa dependentes das im-

O capital que entrou no país não gerou desenvolvimento, pois serviu apenas para cobrir o rombo em nossas contas externas

sições do FMI, que assim pode exigir qualquer coisa do atual governo, desde o já conhecido superávit primário até mesmo à reforma da Previdência, que visa, na verdade, privatizá-la. A prova disso é que bastou o governo propagandear o falso “rombo” da Previdência Pública para os Fundos de Previdência Privada dobrarem as suas vendas esse ano, e aumentarem suas receitas em mais de 70% em comparação ao ano passado.

Essa reforma irá aumentar ainda mais nosso Passivo Externo, uma vez que muitos desses fundos privados de previdência são controlados por grupos estrangeiros. O maior exemplo disso é o próprio fundo de previdência ligado ao Banco do Brasil, o *BrasilPrev*, que tem nada menos que 46% de suas ações pertencentes ao maior grupo americano de previdência privada, o *Principal Financial Group*.

Impedindo crescimento

Porém, isso é apenas a “ponta do iceberg”. A livre mobilidade de capitais existente hoje, principalmente através das contas CC-5, eleva o Passivo Externo com o exterior a níveis quase infinitos, visto que qualquer especulador, a qualquer momento, pode converter quantos reais quiser em dólares e mandá-los instantaneamente para o exterior. Qualquer crise financeira internacional nos obrigará a multiplicarmos nossas taxas de juros, na tentativa de segurarmos esses capitais aqui dentro, acabando assim com a esperança de termos um crescimento econômico significativo na Era Lula.

O atual governo também prossegue na busca cega do superávit primário, que mesmo tendo sido de 5,05% do PIB até julho – superior até ao imposto pelo FMI, de 4,25% do PIB – não foi suficiente nem mesmo para pagar metade dos juros devidos no mesmo período (de 10,18% do PIB). Esse superávit primário também não impediu que a Dívida Líquida do Setor Público ainda aumentasse esse ano, de 56,5 % do PIB em dezembro de 2002 para 57% em julho.

Infelizmente, o PPA 2004-2007, apresentado recentemente pelo governo ao Congresso, prevê a manutenção desse superávit em 4,25% do PIB até o fim do governo Lula, acabando com a esperança de que o atual governo possa realizar investimentos de vulto, em uma conjuntura de desemprego recorde e queda nos salários.

É preciso coragem para reverter o rumo. Temos de romper com essa política de superávits fiscais impostos pelo FMI, reverter o processo de privatizações ocorrido no período FHC, auditar a dívida externa do país e controlar o fluxo de capitais. Muitos poderiam dizer que essas medidas seriam absolutamente inviáveis, e não fariam parte dos planos do atual governo. Porém, todas elas estão no Programa de Governo “Lula 2002”, que em sua página 46, afirma:

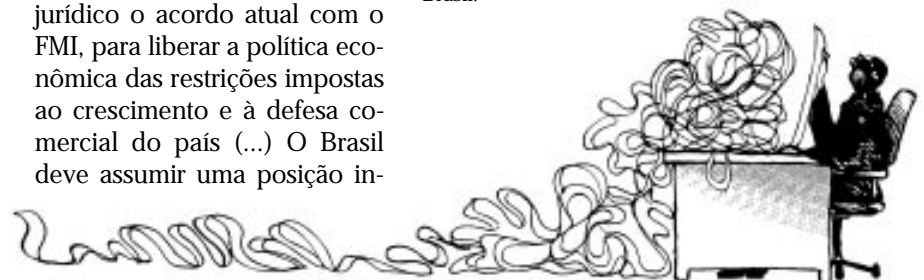
“Será necessário denunciar do ponto de vista político e jurídico o acordo atual com o FMI, para liberar a política econômica das restrições impostas ao crescimento e à defesa comercial do país (...) O Brasil deve assumir uma posição in-

ternacional ativa sobre as questões da dívida externa, articulando aliados no processo de auditoria e renegociação da dívida externa pública, particularmente, de países como o Brasil, o México e a Argentina, que respondem por grande parte da dívida externa mundial e, não por acaso, têm grande parte de sua população na pobreza. (...)”

“Deve-se fortalecer o movimento pelo fim dos paraísos fiscais, pela criação de novos mecanismos de controle do fluxo internacional de capitais e pelo estabelecimento de mecanismos de autodefesa contra o capital especulativo. A campanha internacional pelo cancelamento das dívidas externas dos países pobres deverá ter forte participação do Brasil e deve ser acompanhada pela perspectiva de auditoria e renegociação das dívidas públicas externas dos demais países do terceiro mundo. (...) O programa de privatizações será suspenso e reavaliado, sendo auditadas as operações já realizadas, sobretudo onde existem notícias de má utilização de recursos públicos ou negligência no que toca aos interesses estratégicos nacionais. (...)”

Se o atual governo não cumprir sua palavra, estaremos diante do maior estelionato eleitoral do qual se tem notícia nesse país, que esperou 500 anos para ter um trabalhador na presidência, e que agora vê a possibilidade concreta de suas esperanças se transformarem em decepção. ■

* Economista, responsável técnico pelo Boletim da Auditoria Cidadã da Dívida, iniciativa da Campanha Jubileu Sul/Brasil.



*Agilidade. Está aí uma coisa de
que você não pode abrir mão.*



www.banrisul.com.br

Cliente do **Banrisul** tem banco em casa ou na empresa vinte e quatro horas por dia, sete dias por semana, bastando possuir um computador ligado à internet. É a **Agência Virtual Banrisul**. Fácil de usar, basta você acessar www.banrisul.com.br para realizar suas operações com rapidez, comodidade e total segurança. Passe numa de nossas agências e informe-se melhor. Você vai ver que, além de agilidade, o **Banrisul** tem muito mais a oferecer.

banrisul



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Agência Rio de Janeiro

Av. Presidente Vargas, 463 - Centro - Tel.: (21)2224.2282

Agência Copacabana

Av. N. Sra. de Copacabana, 827A - Tel.: (21) 2548.6089

Agência Tijuca

R. General Roca, 798 - Tel.: (21)2567.7886

Com o objetivo de dar transparência às atividades do Corecon-RJ, apresentamos o Balanço Financeiro da instituição no primeiro semestre deste ano.

BALANÇO FINANCEIRO

(JANEIRO A JUNHO)

EXERCÍCIO DE 2003

RECEITAS				VALORES				DESpesas				VALORES			
TÍTULOS		R\$	R\$	R\$	TÍTULOS		R\$	R\$	R\$						
RECEITA ORÇAMENTÁRIA				DESPEsa ORÇAMENTÁRIA											
RECEITAS CORRENTES				DESpesas CORRENTES											
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	1.571.241,28			DESpesas DE CUSTEIO	726.435,98			TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	319.751,38	1.046.187,36					
RECEITAS PATRIMONIAIS	31.780,58														
RECEITAS DE SERVIÇOS	12.440,50														
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	-														
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	11.621,09	1.627.083,45													
RECEITAS DE CAPITAL				DESpesas DE CAPITAL											
ALIENAÇÃO DE BENS				INVESTIMENTOS	34.406,60			INVERSÕES FINANCEIRAS	-	34.406,60	1.080.593,96				
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	-														
ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS	-	-	1.627.083,45												
RECEITAS EXTRA-ORÇAMENTARIAS				DESpesas EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS											
DEVEDORES DA ENTIDADE	693,54			DEVEDORES DA ENTIDADE	891,71			ENTIDADES PÚBLICAS DEVEDORAS	1.349,99						
ENTIDADES PÚBLICAS DEVEDORAS	1.300,36			DESpesas JUDICIAIS	-			DEPÓSITOS DE DIVERSAS ORIGENS	6.678,95						
DESpesas JUDICIAIS	-			DEPÓSITOS DE DIVERSAS ORIGENS	6.678,95			CONSIGNAÇÕES	220.560,60						
DEPÓSITOS DE DIVERSAS ORIGENS	-			CONSIGNAÇÕES	224.598,44			CREDORES DA ENTIDADE	-						
CONSIGNAÇÕES	224.598,44			CREDORES DA ENTIDADE	-			ENTIDADES PÚBLICAS CREDORAS	384.986,92						
CREDORES DA ENTIDADE	-			ENTIDADES PÚBLICAS CREDORAS	402.103,60			DESP. DE SUPRIM. A COMPROVAR	400,00	614.868,17					
ENTIDADES PÚBLICAS CREDORAS	402.103,60			DESP. DE SUPRIM. A COMPROVAR	-	628.695,94									
DESP. DE SUPRIM. A COMPROVAR	-	628.695,94													
SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR				SALDO PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE											
BANCOS C/ MOVIMENTO	10.258,13			BANCOS C/ MOVIMENTO	(11.994,01)			BANCOS C/ ARRECADADO	33.380,12						
BANCOS C/ ARRECADADO	39.078,98			BANCOS C/ ARRECADADO	33.380,12			DISPONIBILIDADE EM TRÂNSITO	-						
DISPONIBILIDADE EM TRÂNSITO	12.364,93			DISPONIBILIDADE EM TRÂNSITO	-			RESPONS. P/ SUPRIMENTOS	500,00						
RESPONS. P/ SUPRIMENTOS	400,00			RESPONS. P/ SUPRIMENTOS	500,00			BANCOS C/ VINC. APLIC. FINANC.	736.950,87	758.836,98					
BANCOS C/ VINC. APLIC. FINANC.	136.417,68	198.519,72		BANCOS C/ VINC. APLIC. FINANC.	736.950,87	758.836,98									
TOTAL GERAL		2.454.299,11		TOTAL GERAL		2.454.299,11									

Rio de Janeiro, 30 de junho de 2003

ARNALDO GONÇALVES DIAS
CONTADOR CRC-RJ 77.189/O
CPF: 086.245.265-15

SINDNEY PASCOUITO DA ROCHA
PRESIDENTE
CPF: 546.930.717-49

FÓRUM POPULAR DO ORÇAMENTO

Ações contra Prefeitura e Estado

De acordo com o seu trabalho de acompanhamento, análise e, principalmente, de democratização do orçamento público do Rio de Janeiro, o Fórum vem trabalhando com o Ministério Público Estadual e recentemente, colaborou em ações públicas movidas em defesa da cidadania, das quais destacamos duas

A primeira ação é de parte do promotor Marcos Fagundes, da 3ª Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude – 1ª Vara. A ação contra a Prefeitura do Rio de Janeiro, cuja íntegra está publicada no Diário da Câmara Municipal do dia 07/09/03, está fundamentada, essencialmente, no Princípio Constitucional da Prioridade Absoluta.

Este princípio determina a destinação privilegiada de verbas a serem utilizadas na implantação de políticas públicas dirigidas a crianças e adolescentes. Com base nos dados disponibilizados pela equipe do

Fórum, percebe-se que tal princípio vem sendo negligenciado pelo Prefeito.

De acordo com o estudo, há 10.829 crianças na fila de espera por vagas em creches e escolas no município do Rio de Janeiro. No entanto, foram criadas apenas 167 novas vagas. A Prefeitura alegou que a escassez de vagas em creches e escolas se deve ao fato de não possuir recursos financeiros. Porém, tal justificativa não confere, uma vez que o caixa do município vem acumulando superávits ao longo dos anos – de onde, inclusive, foi retirado o dinheiro que financiou o uso de nomes e

marcas do Museu Guggenheim, no valor de R\$ 30 milhões.

Segundo informação da própria Secretaria Municipal de Educação (SME), o custo para a construção do novo programa Creche Escola é de R\$ 1.300.000,00, com capacidade para atender até 180 crianças. Sabendo que são 10.829 crianças na fila de espera, o valor pretendido pela ação totaliza R\$ 109.200.000,00.

De acordo com a Lei Orçamentária Anual para 2003, foi destinado aos programas de trabalho da Prefeitura relacionados a creches o valor de R\$ 24.802.001,00, porém, até o momento, só foi empenhada a

ínfima quantia de R\$ 4.979,00, ou seja, 0,02% do total destinado, o que mostra descaso com a crítica situação de crianças e adolescentes no Rio de Janeiro.

Sendo assim, constata-se não somente a insuficiência de recursos destinados à SME, como também a não utilização do que foi autorizado para a mesma. Cabe ressaltar que a ação está sendo feita por meio de pedido liminar, dado o caráter emergencial da situação, uma vez que a demora na solução do litígio poderá causar prejuízos irremediáveis a essas crianças, além de desrespeitar o direito constitucional de acesso à educação. ■

A favor da saúde pública

A segunda ação é de autoria da promotora Gláucia Santana, da Defesa da Cidadania da Capital, contra o Governo do Estado do Rio de Janeiro. Conforme a ação, são várias as irregularidades detectadas na execução da política orçamentária da saúde do Estado do Rio de Janeiro. São apontadas na ação, desde remanejamentos e transferências de recursos não autorizados pela legislação vigente até a execução de programas com recursos que não correspondem às ações ou serviços de saúde.

Dentre as irregularidades apontadas estão a autorização para a liberação de R\$ 68,2 milhões para o atendimento do Programa Compartilhar/Cesta Cidadão, em 6 de fevereiro; de R\$ 10,8 milhões do Fundo para o programa Restaurante Popular, em 11 de fevereiro; e a liberação de R\$ 2,5 milhões para aplicação no Programa Compartilhar/Cheque Cidadão da Terceira Idade, em 13 de março.

A ação denuncia também a utilização de tais verbas sem a estrita observância do princípio da universalidade, posto que atendem a clientela fechada. Entre estes programas estão a manutenção e o reaparelhamento das Unidades de Saúde da Polícia Militar, o Hospital da Polícia Civil e o programa Apoio à Saúde do Servidor Estadual, através do laserj.

Essas práticas permitem ao estado atingir de maneira virtual o percentual

mínimo de recursos a serem destinados a ações e serviços públicos de saúde previstos pela Emenda Constitucional 29, para 2002, uma vez que tais programas não integram o conjunto definido pelo Plano de Saúde Estadual.

Ademais, favorecem projetos sociais de forte apelo popular, que por mais nobre que seja a finalidade dos mesmos, “se apossam” de verbas originalmente destinadas ao sistema de saúde que, segundo a ação, encontra-se com estoques de medicamento vazios, equipamentos sem manutenção, falta de pessoal e de insumos, com acumulação de dívidas nos hospitais da rede.

A ação pede que, para este exercício, além de obrigatoriamente ter de aplicar o percentual mínimo de 10,04% da receita em ações e serviços públicos de saúde, o Estado do Rio de Janeiro acresça ao montante a quantia de R\$ 558.499,14, referentes à omissão havida no cumprimento do percentual mínimo no exercício de 2002. E, finalmente, propõe uma multa de 10% do valor remanejado em caso de reincidência.

O Fórum sente-se honrado em poder colaborar com causas de interesse público e está mobilizado para o sucesso das ações que, sem dúvida, trarão benefícios para a população do Rio de Janeiro, ao mesmo tempo em que poderá servir de exemplo para outros estados e municípios. Desta forma, incentivando o interesse social pela elaboração e execução do orçamento público. ■

As matérias desta página são de responsabilidade da equipe técnica do Corecon-RJ, de apoio ao Fórum Popular de Orçamento do Rio de Janeiro. Equipe técnica: Luiz Mario Behnken, coordenador - Estagiários: Mariana Filgueiras e Ricardo Monteiro

CORECON: Av. Rio Branco, 109 - 19º andar - Rio de Janeiro/RJ - CEP 20054-900 - Tel.: (21) 2232-8178 - Fax.: (21) 2509-8121

Correio eletrônico: fporj@bol.com.br - Portal: www.corecon-rj.org.br - www.fporj.blogspot.com.br - Reuniões do Fórum: quintas-feiras, às 18h, na sede do CORECON-RJ

Páginas de fazer rir

Sítios na *web* fazem glosas da economia e de economistas

Existem na internet algumas páginas (*sites* ou sítios) que vêm se especializando em burlar a seriedade e a gravidade da economia, satirizando definições e, em alguns casos, realmente tirando do sério mesmo os mais sisudos.

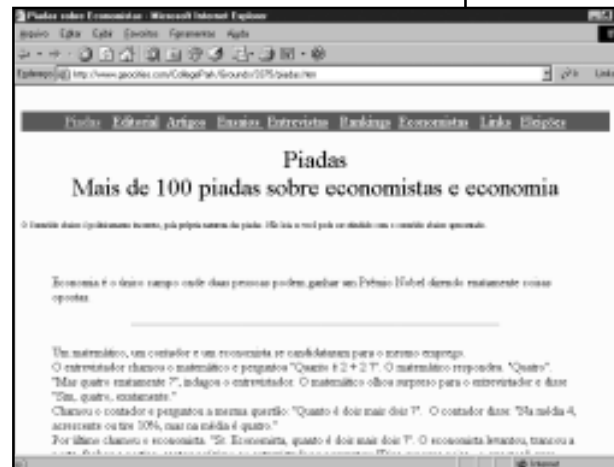
É o caso, por exemplo, dos endereços <http://netec.mcc.ac.uk/JokEc.html> ou <http://www.geocities.com/CollegePark/Grounds/3375/piadas.htm>, disponíveis a qualquer navegador, sem maiores burocracias ou senhas. É entrar, e relaxar as tensões com as glosas.

Algumas são muito óbvias: "A economia é o único campo onde duas pessoas podem ganhar um Prêmio Nobel dizendo exatamente coisas opostas".

Outras, nem tanto: "Economia é a dolorosa elaboração do óbvio". Ou: "Pedi a uma economista o número de seu telefone... e ela me deu uma estimativa".

Há casos hilários, como a seguinte fábula:

Um rico e bem sucedido economista do trabalho queria porque queria ter um neto.



Tinha duas filhas e dois filhos, todos casados. Durante o Natal, a família toda estava reunida, inclusive todos os genros e as noras e ele disse:

- Eu quero muito dar continuidade a nossa família. Para ajudar nas futuras despesas depositei cem mil dólares no banco para o primeiro casal que tiver um neto meu.

Quando olhou para os lados só estava sua esposa na mesa de jantar.

Mas há também a crítica mordaz, fidalga:
 - *Quantos economistas da Escola de Chicago são precisos para trocar uma lâmpada?*
 - *Nenhum. Se a lâmpada precisa ser tro-*



ve that even Adam



cada o mercado fará isto por si próprio.

- *Quantos economistas neoclássicos são precisos para trocar uma lâmpada?*

- *Depende do nível dos salários.*

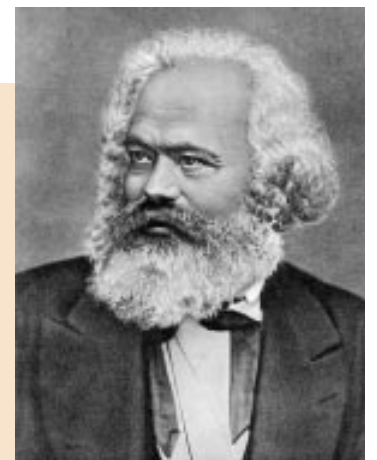
- *Quantos economistas keynesianos são precisos para trocar uma lâmpada?*

- *Todos. Assim gerará mais empregos, aumentando o consumo, deslocando a demanda agregada para a direita...*

- *Quantos economistas do Banco Central são precisos para girar uma lâmpada?*

- *Apenas um. Ele segura a lâmpada e a terra gira em torno dele.*

Porém, há definições que compensam: "Falar é fácil. A oferta é sempre maior que a demanda". Ou, ainda melhor: "Economistas só fazem sexo com modelos". ■



Curso sobre Marx no Corecon

Corecon e Sindicato dos Economistas do Rio de Janeiro promovem curso de "Introdução à crítica da economia política – o pensamento de Karl Marx"

Serão oito sessões, cada qual com duas horas, iniciando-se no dia 13 de outubro. Os professores serão os economistas Rodrigo Castelo Branco e Pablo Bielchowsky, mestrandos em Economia e Filosofia Política, respectivamente, na UFRJ.

"O presente curso busca apresentar os principais conceitos do pensamento de Karl Marx. O objetivo é contextualizar historicamente as suas idéias e vinculá-las tanto à vida e obra do autor quanto à história das ciências humanas e revoluções políticas do século XIX", afirmam os professores na apresentação do curso, acrescentando:

"Apesar dos 150 anos que nos separam da sua obra, é preciso reconhecer o vigor das suas teorias que desvelaram a lógica do capi-

tal. Cabe a nós, através de uma reflexão crítica e profunda, num espaço de livre debate de idéias, resgatar o método de análise marxista para interpretarmos a história e transformarmos o mundo. E, indubitavelmente, um dos pontos centrais desta revisão passa pela crítica da economia política vulgar do século XXI".

As sessões do curso são compostas dos seguintes temas: 1. Vida e obra de Marx; 2. Filosofia e materialismo histórico; 3. Política e práxis revolucionária; 4. Valor no modo de produção mercantil; 5. A relação entre capital e trabalho assalariado e a teoria da exploração de Marx; 6. O desenvolvimento das forças produtivas na produção capitalista; 7. Circulação do capital e o processo global de produção capitalista; e 8. Imperialismo e economia política internacional.

As inscrições custam R\$ 50 e as aulas serão na sede do Corecon-RJ, na avenida Rio Branco, 109/16º, no Centro, sempre às segundas, das 18h30 às 20h30. Outras informações na página do Conselho – www.corecon-rj.org.br ou pelo tel.: 2232-8178. ■